

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2015
RELATÓRIO**

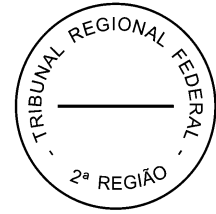
**2º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS, com
competência previdenciária, cível e criminal**

Juíza Federal Titular: Dr^a. DANIELA MILANEZ

Partindo de levantamentos realizados no Questionário Pré-Correição, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 17 a 21 de agosto de 2015, a correição ordinária eletrônica do 2º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada:

RECOMENDAÇÕES:

1. Buscar a redução do acervo, bem como o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
2. Retomar o andamento dos 08 processos parados entre 31 e 60 dias;
3. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido;
4. Observar a correta classificação das sentenças proferidas, em especial as consideradas de fundamentação individualizada. Evitar, ainda, a classificação como “vazias”, cadastrando corretamente o tipo de intimação;
5. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 175 processos com tal fase não informada;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6. Regularizar as informações sobre materiais apreendidos/acautelados no sistema Apolo, conforme indicado no item respectivo deste relatório.

Considerando as recomendações *supra*, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

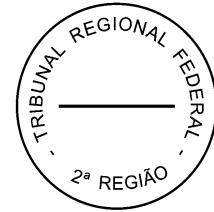
Ofícios desta Corregedoria: TRF2-OFI-2015: nº 5466 (PRFN), 5468 (OAB), 5469 (DPU), 5471 (AGU) e 5472 (MPF), todos de 30 de março de 2015, comunicando a ocorrência desta Correição.

Conforme o Ofício nº 9943/2015 - MPF/PR/RJ/GABPC, de julho de 2015, e a Portaria PR-RJ Nº 823, de 06/07/2015, a ilustre Procuradora da República Dr^a Luciana Fernandes Gadelha foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária Eletrônica no 2º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 99 - DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 27/05/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

Não houve, por outro lado, designação de representantes da PRFN, da OAB e da AGU.

➔ ATUAÇÃO DOS JUÍZES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Titular: Dr^a. Daniela Milanez, atuando no juízo correicionado desde 07/01/2015.

Substituto: não há.

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, “*tem-se, neste juízo, pleno conhecimento da determinação da Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região relativamente ao critério de divisão de trabalho, segundo a numeração final dos processos. A partir de abril este Juizado passou a ter a atuação somente da Juíza Federal Titular, tendo em vista a promoção da Juíza Federal Substituta para a 1ª Vara Federal de Colatina/ES.*”

➔ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores: 11

Analistas Judiciários: 04

Técnicos Judiciários: 07

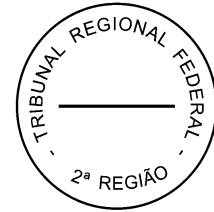
Técnicos Judiciários/Segurança e Transporte: 00

Auxiliares Judiciários: 00

Requisitados: 00

Estagiários: 04

Fonte: Questionário Pré-Correição (itens 1.2, 2.1 e 3.1).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

ACERVO DO JUIZADO	CORREIÇÃO 2013	CORREIÇÃO 2015
Total	1.409	1.893
Suspensos	63	410
Tramitação ajustada	1.346	1.483

MATÉRIA CÍVEL:

Total: 1.888
Suspensos: 409
Em tramitação: 1.479

MATÉRIA CRIMINAL:

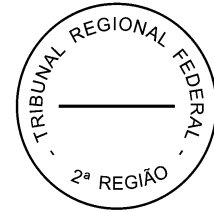
Total: 05
Suspensos: 01
Em tramitação: 04

Fontes: Relatório da Correição de 2013 e Mapa - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constante do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 08/2014 a 07/2015.

➔ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Total de atos processuais intimados (01/08/2014 até 31/07/2015):

Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	8.006	66,09	4
Decisão	1.472	12,15	5
Sentença	2.636	21,76	15



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Total Geral	12.114	100,00	6
--------------------	---------------	---------------	----------

Fontes: Mapa - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao período de 01/08/2014 a 31/07/2015. Planilha Apolo Excel – Intimados, posição em 17/08/2015.

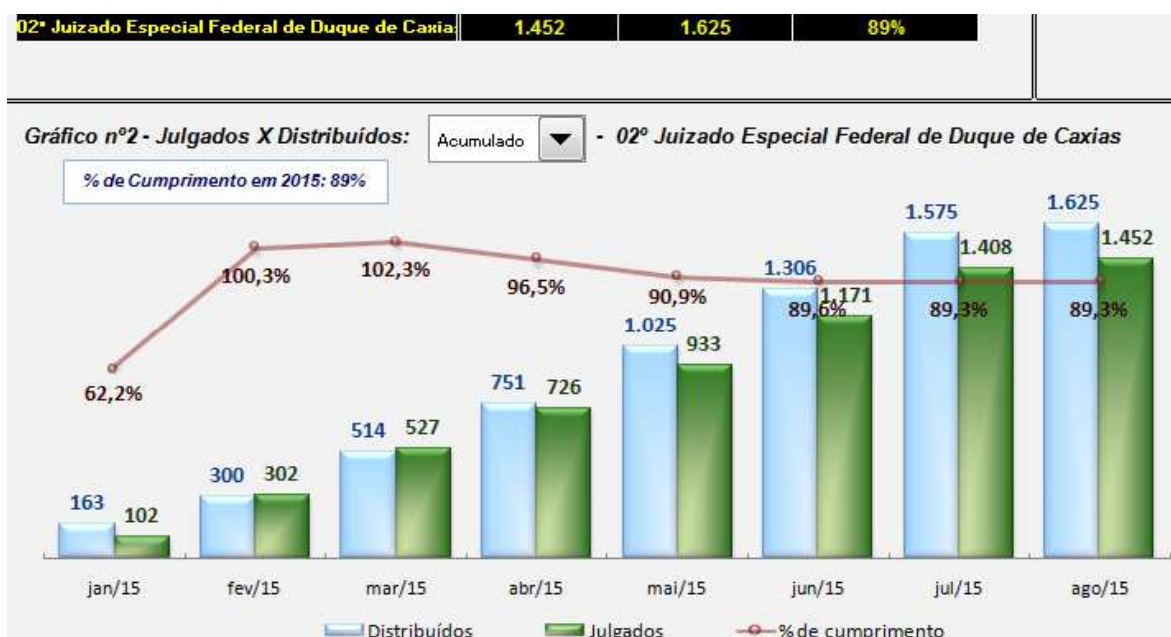
➔ **METAS DO CNJ**

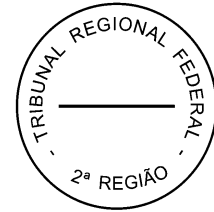
(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário)

I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

(Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/08/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 89%**, como ilustra o gráfico a seguir:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

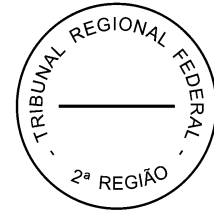
II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

(Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais)

➔ Situação: de acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatística da 2ª Região, extraído em 13/08/2015, constam 02 processos pendentes de julgamento, sem movimentação há menos de 100 dias:

00052233520124025168 - 51001 - JUIZADO/CÍVEL. PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO - PROCESSO DE CONHECIMENTO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. PENSÃO - BENEFÍCIOS - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR - ADMINISTRATIVO. Autuado e distribuído em 20/09/2012. Despacho em 19/06/2013 para expedição de carta precatória para citação no Juízo Especial Federal do Rio Grande do Norte. Despacho em 22/06/2015 para intimação da parte autora para se manifestar sobre a impossibilidade de cumprimento da carta precatória e requer o que entendesse cabível. Despacho em 15/07/2015 para intimação pessoal da parte autora. **Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte autora em 17/08/2015.**

00033167820124025118 - 51002 - JUIZADO/PREVIDENCIÁRIA. PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO - PROCESSO DE CONHECIMENTO - PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO. PENSÃO POR MORTE (ART. 74/9) - BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE / CONCESSÃO / CONVERSÃO / RESTABELECIMENTO - PREVIDENCIÁRIO. Autuado em 26/11/2012. Distribuído para a 1ª Vara Federal de Duque de Caxias em 26/11/2012. Redistribuição para o 2ª Juizado Especial Federal de Duque de Caxias em 29/10/2014. Conclusos para sentença em 27/11/2014. Despacho em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

03/12/2014 de conversão em diligência para intimação do representante legal da empresa HGE Engenharia para informar comprovadamente se Sylvio Ignácio dos Santos foi empregado da empresa e em qual período. Ato Ordinatório em 26/02/2015 de vista à parte autora para ciência da certidão negativa do oficial de justiça e informação sobre o atual endereço da empresa HGE Engenharia. Decisão em 14/05/2015 para verificação no juízo acerca do endereço do sócio-gerente da empresa e intimação por oficial de justiça. Despacho em 05/08/2015 para intimação da parte autora sobre as certidões negativas. Despacho em 17/08/2015 que deferiu à parte autora dilação de prazo para fornecer novo endereço da empresa, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, que, decorrido sem requerimento, ocasionar a conclusão dos autos para sentença. **Consta, como último movimento, movimentação cartorária tipo aguardando manifestação da parte autora em 18/08/2015.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, em 13/08/2015, e consultas ao Sistema Apolo, posição até 18/08/2015.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação

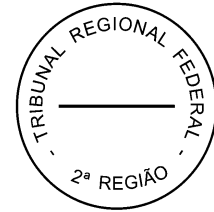
(Justiça Federal: aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior)

Não se aplica ao juízo correicionado.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica ao juízo correicionado.

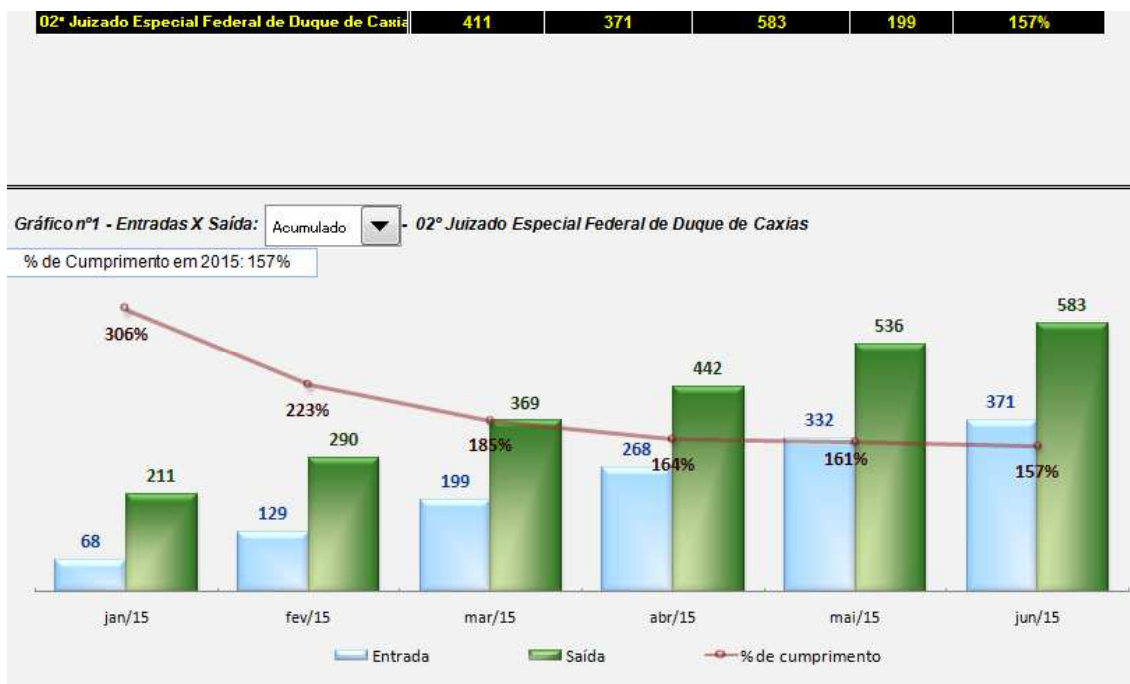


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal)

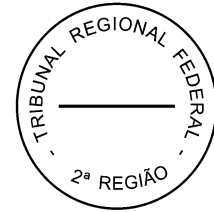
(Baixar em 2015: na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/08/2015, verifica-se que, no juízo correccionado, até a referida data, foi dado cumprimento à Meta 5/2015, **com percentual de 157%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Fontes: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, em 13/08/2015, e consultas ao Sistema Apolo, posição até 13/08/2015.

VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

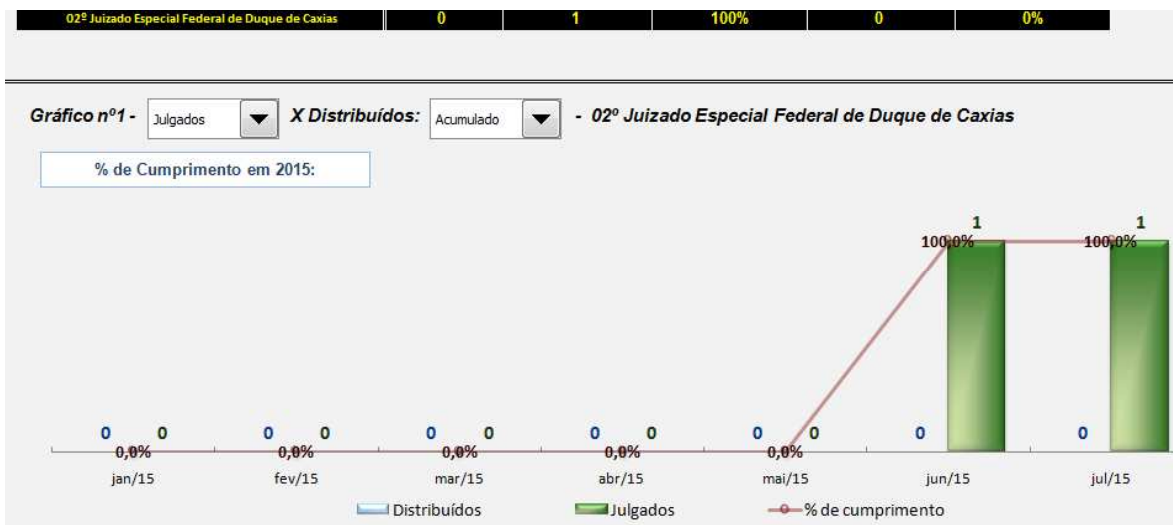
- Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Não se aplica ao juízo correicionado.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

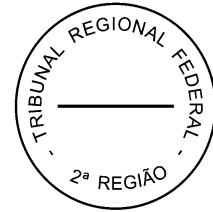
A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente (Meta 7 de 2015)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, extraído em 13/08/2015, verifica-se que, no juízo correicionado, o percentual de cumprimento da meta foi de 100%, como ilustra o gráfico a seguir:



B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013 (Meta 8 de 2015).

Nada consta.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fontes: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, em 13/08/2015.

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/08/2014 A 31/07/2015)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 237 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, sendo a primeira de 05/08/2014 e a última de 29/07/2015.

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição,

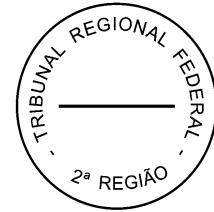
“Foram agendadas 103 audiências entre junho a dezembro/2014 e 137 entre janeiro e junho/2015, tendo sido realizadas 102 audiências entre junho e dezembro/2014 e 137 entre janeiro a junho/2015. Este Juizado não possui sala privativa de audiência, sendo a mesma compartilhadas com o 3º Juizado Especial de Duque de Caxias. Assim, a fim de adequar a pauta de audiências entre os dois Juizados, esta Vara procura agendar as audiências sempre para as segundas e quartas-feiras. Na hipótese de necessidade, as audiências são designadas para outro dia da semana. O controle da audiência é realizado pelo servidor Wagner Alonso Baltazar.”

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, extraída em 12/08/2015, SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências e Questionário Pré-Correição (item 3.2).

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS**

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, “diariamente são analisadas as iniciais que chegam no balcão de entrada,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

priorizando principalmente as tutelas de saúde e (medicamentos, internação e procedimentos cirúrgicos) e pedido de urgência conforme o caso concreto, os quais são analisados, no mérito, no Gabinete. Quanto as demais são analisadas integralmente na Secretaria.[...]”.

Analisados os locais virtuais existentes no órgão correicionado, em 17/08/2015, constataram-se os seguintes endereços:

- INICIAIS CEF: sem processos;
- INICIAIS: sem processos;
- INICIAIS UF E OUTROS: sem processos.

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.11.1). Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 17/08/2015, às 13:55, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

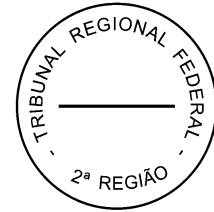
2. BALCÃO DE ENTRADA

16 documentos, sendo os 03 mais antigos de 13/08/2015, sob os números 0017190-28.2015.4.02.5118, 0023532-02.2015.4.02.5168 e 0071690-44.2015.4.02.5118.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 17/08/2015, às 13:59.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, “[...] Os processos de análise de prevenção do art. 253 do CPC são verificadas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

com prioridade pela Secretaria. Na medida do possível todas são despachadas no mesmo dia.”

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correicionado, *“as análises dos processos são feitas regularmente, mediante consulta no sistema Apolo dos feitos similares, desarquivamento de autos ou fornecimento de cópias pelas partes. O Juízo vem cumprindo as normas legais e regulamentares atinentes aos requisitos das certidões cartorárias para análise de prevenção, litispendência e coisa julgada.”*

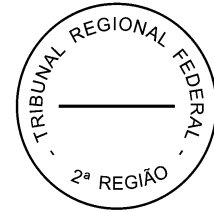
Analizados os locais virtuais existentes relativos à análise de prevenção encaminhada para o órgão correicionado, em 18/08/2015, às 14:48, constataram-se os seguintes endereços:

- AG. PREVENÇÃO INSS - sem processos;
- AG. PREVENÇÃO GERAL - sem processos.

Fontes: Questionário Pré-Correição (item 3.11.1), Relatório de Inspeção Anual (item II, 8), encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/02951, de 25/03/2015, realizada no período de 09 a 13/03/2015, e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 18/08/2015, às 14:48.

**4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO
(Arts. 227 da CNCR)**

- a. P/ DESPACHO HÁ MAIS DE 30 DIAS: 00
- b. P/ DECISÃO HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00
- c. P/ SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 17/08/2015, com último movimento até 17/07/2015. Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria em 17/08/2015.

**5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO
(Arts. 228 da CNCR)**

TOTAL: 08

. ENTRE 31 E 60 DIAS: 08

Verificados, por amostragem, os seguintes processos:

- 00492886420154025151 - último movimento em 13/07/2015: movimentação cartorária tipo processamento;

- 00504097620154025168 - último movimento em 13/07/2015: movimentação cartorária tipo processamento;

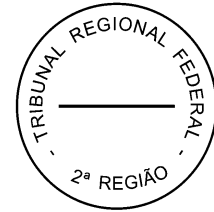
- 01057610920144025118 - último movimento em 02/07/2015: movimentação cartorária tipo processamento;

- 00009460520144025168 - último movimento em 13/07/2015: juntada;

- 00036846320144025168 - último movimento em 13/07/2015: juntada.

. HÁ MAIS DE 60 DIAS: 00

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 17/08/2015, com último movimento até 17/07/2015. Consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria em 17/08/2015.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA
(Arts. 180 e 318 da CNCR)**

Aguardando juntada, em 17/08/2015, 11 documentos, todos de agosto de 2015.

De acordo com o Relatório de Inspeção Anual, “*não havia na Secretaria deste Juizado, ao fim da inspeção, petições pendentes de juntada, de acordo com o registrado no Sistema Informatizado APOLO. Informo, ainda, que as petições não permanecem pendentes de juntada por tempo excessivo, já que a Secretaria prioriza sempre a juntada delas, em estrita observância aos prazos estabelecidos no Provimento nº 81, de 23 de setembro de 2010, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.*”

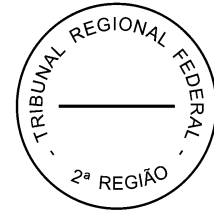
Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 17/08/2015, e Relatório de Inspeção Anual (item II.5), encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/02951, de 25/03/2015, realizada no período de 09 a 13/03/2015.

**7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS
JUDICIAIS (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR)**

Foram verificados (em 17/08/2015, às 14:58), por amostragem, os seguintes locais virtuais de prazo:

- PRAZO AGU/PSU, com 20 documentos, sendo os 03 mais antigos de 29/07/2015, sob os números 0003940-74.2012.4.02.5168, 0003114-77.2014.4.02.5168 e 0076159-80.2015.4.02.5168;

- PRAZO CEF, com 94 documentos, sendo os 02 mais antigos de 23/07/2015, sob os números 0076139-89.2015.4.02.5168 e 0070702-67.2015.4.02.5168;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- PRAZO ECT, com 02 documentos, sendo mais antigo o de 13/08/2015, sob o nº 0012573-69.2015.4.02.5168;

- PRAZO EXTINÇÃO, com 17 documentos, sendo os 03 mais antigos de 04/08/2015, sob os números 0074911-79.2015.4.02.5168, 0073234-14.2015.4.02.5168 e 0027547-67.2015.4.02.5118;

- PRAZO GERAL - PARTE AUTORA, com 137 documentos, sendo o mais antigo de 27/07/2015, sob o nº 0000195-71.2014.4.02.5118;

- PRAZO INSS, com 232 documentos, sendo o mais antigo de 17/07/2015, sob o nº 0004462-33.2014.4.02.5168;

- PRAZO MPF, com 01 documento de 14/08/2015, sob o nº 0161400-56.2014.4.02.5168;

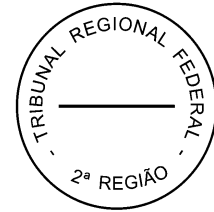
- PRAZO PFN, com 03 documentos, sendo o mais antigo de 29/07/2015, sob o nº 0003573-50.2012.4.02.5168;

- PRAZO PSF - 2ª REGIÃO, com 04 documentos, sendo o mais antigo de 30/07/2015, sob o nº 0002454-88.2011.4.02.5168;

- PRAZO RECURSAL, com 05 documentos, sendo o mais antigo de 04/08/2015, sob o nº 0048320-80.2015.4.02.5168;

- PRAZO RECURSAL IMPROCEDENTE, com 04 documentos, sendo os 03 mais antigos de 05/08/2015, sob os números 0016215-06.2015.4.02.5118, 0061938-48.2015.4.02.5118 e 0060714-22.2015.4.02.5168.

Fonte: verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC).

Foram verificados (em 17/08/2015, às 15:31), por amostragem, os seguintes locais virtuais de prazo:

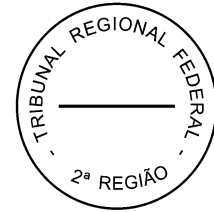
- ESCANINHO CADASTRAR PRECATÓRIO, sem documentos;
- ESCANINHO EXPEDIR/CONFERIR ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, com 02 documentos de 17/08/2015, sob os números 0013336-97.2010.4.02.5151 e 0108436-86.2014.4.02.5168;
- ESCANINHO EXPEDIR RPV (INSS), com 05 documentos, sendo os 04 mais antigos de 13/08/2015, sob os números 0004539-13.2012.4.02.5168, 0002829-21.2013.4.02.5168, 0000824-60.2012.4.02.5168 e 0001512-22.2012.4.02.5168;
- ESCANINHO EXPEDIR RPV (UNIÃO), 01 documento de 07/08/2015, sob o nº 0142749-73.2014.4.02.5168;
- ESCANINHO EXPEDIR SOLICIT. PGTO. HONOR. (SPH), sem documentos.

Fonte: verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

**9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA
(Art. 189 da CNCR)**

Total em 17/08/2015: 00

i. Segredo absoluto: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ii. Segredo do Sistema: 00

iii. Segredo de Peças: 00

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 12/08/2015.

10. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR)

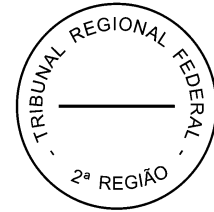
Total Geral de Boletins Gerados	Período	08/2014 a 07/2015
	Processos	9.613
	Boletins	189
	Média (Proc. / Bol.)	50,86
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,57

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 12/08/2015.

11. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam 126 processos com prazo vencido, na seguinte situação:

DESTINO	DATA DE EXPIRAÇÃO (processo mais antigo)	TOTAL DE PROCESSOS
AUTOR	08/05/2006	01
MINISTÉRIO PÚBLICO	19/08/2015	01
AGU	04/08/2015	02
INSS	10/07/2008	63
DEFENSORIA PÚBLICA	18/08/2015	01
CEF	15/03/2011	19
INSS - EADJ	16/07/2015	06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

INSS NATP	08/06/2015	29
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE E DEFESA CIVIL - RJ	12/08/2015	01
PRF (INTERIOR) - AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	18/08/2015	02
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS	15/07/2015	01

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 20/08/2015, referente ao período de 01/01/1900 a 20/08/2015.

12. SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS

a) Total de processos suspensos (em 12/08/2015): 413

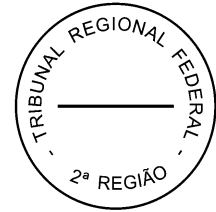
- . Cíveis: 412
- . Criminais: 01

b) Motivo da suspensão:

- Aguarda decisão de instância superior: 03
- Art. 89 da Lei 9.099/95: 01
- Cumprimento Precatório/RPV: 17
- Outros - Fase Conhecimento: 02
- Pedido Uniformização Nacional/Regional: 03
- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º): 387

c) Análise dos processos:

Por amostragem, de acordo com o mapa extraído do Apolo Excel, em 12/08/2015, verificou-se que são lançadas informações sobre o motivo da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

suspensão no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria- Regional, Provimento nº 11/2011), com base nas respectivas decisões fundamentadas, nos processos a seguir:

- Aguarda decisão de instância superior:

00000649620144025118
00187621220114025101
00233266320134025101

- Art. 89 da Lei 9.099/95:

00038621720114025168

- Cumprimento Precatório/RPV:

00016990620074025168
00050897620104025168
00211884120114025151
00029302920114025168
00065204820104025168

- Outros - Fase Conhecimento:

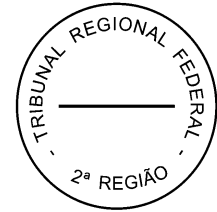
00229604620154025168
00043356620124025168

- Pedido Uniformização Nacional/Regional:

00009549120144025164
01585251620144025168
01585312320144025168

- Repercussão geral (CPC, art. 543-B e §1º):

00007074020104025168



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00035876320144025168
00357948120154025168
00716666020154025168
00809664620154025168

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 12/08/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 20/08/2015.

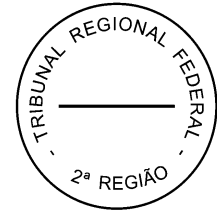
13. SENTENÇAS

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 2.636

1. PROCESSOS PARES: 1272

- a. Convertidas em diligência: 99
- b. Embargos de declaração acolhidos: 06
- c. Embargos de declaração acolhidos em parte: 02
- d. Embargos de declaração não conhecidos: 01
- e. Embargos de declaração rejeitados: 19
- f. Extinção da punibilidade - decadência/perempção: 01
- g. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 69
 - ii. Pedido improcedente: 427
 - iii. Pedido improcedente – dispensada a citação: 30
 - iv. Pedido procedente: 91
 - v. Pedido procedente em parte: 58
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 11
 - vii. Pedido procedente com tutela deferida: 58
 - viii. Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 09
 - ix. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 131
- h. Sem resolução de mérito: 206



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

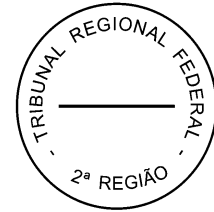
i. Desistência da ação: 01

j. Vazias: 53

2. PROCESSOS ÍMPARES: 1.364

- a. Convertidas em diligência: 94
- b. Determina citação: 01
- c. Embargos de declaração acolhidos: 12
- d. Embargos de declaração acolhidos em parte: 01
- e. Embargos de declaração não conhecidos: 02
- f. Embargos de declaração rejeitados: 10
- g. Extinção da punibilidade - decadência/perempção: 01
- h. Extinção da punibilidade - perdão aceito/perdão judicial: 01
- i. Extinção da punibilidade - reconhecida prescrição pela pena em abstrato: 01
- j. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada: 75
 - ii. Pedido improcedente: 393
 - iii. Pedido improcedente – dispensada a citação: 37
 - iv. Pedido procedente: 86
 - v. Pedido procedente em parte: 78
 - vi. Reconhecida prescrição/decadência: 11
 - vii. Pedido procedente com tutela deferida: 83
 - viii. Pedido procedente com tutela deferida parcialmente: 02
 - ix. Pedido procedente em parte com tutela deferida: 110
 - x. Pedido procedente em parte com tutela deferida parcialmente: 01
- k. Sem resolução de mérito: 256

l. Vazias: 109



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

14. REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA
(Res. 535/2006 do CJF)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

Sentença Tipo A (fundamentação individualizada):

0167555-75.2014.4.02.5168
0001213-74.2014.4.02.5168
0024401-62.2015.4.02.5168*
0140814-95.2014.4.02.5168*
0003592-85.2014.4.02.5168*

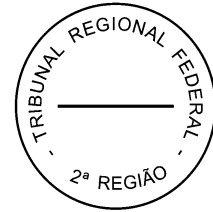
Observação:

Analisando-se mais detidamente os processos 0024401-62.2015.4.02.5168, 0140814-95.2014.4.02.5168 e 0003592-85.2014.4.02.5168, por amostragem, constataram-se equívocos na classificação das sentenças, uma vez que só o fato de se necessitar de perícia ou de uma breve análise do caso concreto, não afasta o fato de que se trata de matéria padronizada, em texto modelo. Conclui-se, portanto, que, matéria que envolve tese repetitiva, não cabe a classificação do tipo A.

Sentença Tipo B1 (homologatórias de acordo):

0169493-08.2014.4.02.5168
0118077-98.2014.4.02.5168
0000156-21.2014.4.02.5168
0118353-32.2014.4.02.5168
0000911-45.2014.4.02.5168

Sentença Tipo B2 (sentenças repetitivas - padronizadas):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0002073-75.2014.4.02.5168
0000772-49.2014.4.02.5118
0001219-81.2014.4.02.5168
0130357-04.2014.4.02.5168
0007359-97.2015.4.02.5168

Sentença Tipo C (sem resolução de mérito):

0001582-68.2014.4.02.5168
0169075-70.2014.4.02.5168
0141612-56.2014.4.02.5168
0007503-27.2015.4.02.5118
0067230-14.2015.4.02.5118

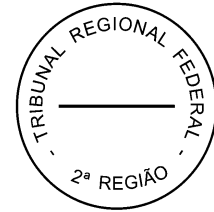
Sentença Tipo E1 (extintivas de punibilidade - art. 107, CP):

0001705-03.2013.4.02.5168
0000021-43.2013.4.02.5168

Fontes: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, do período de 01/08/2014 a 31/07/2015, e Sistema Apolo - Secretaria - Estatística de Sentenças, extraídos em 12/08/2015 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 18/08/2015.

**15. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS)
(Art. 217 da CNCR)**

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, para o tratamento específico dos feitos com prioridade legal ou META/CNJ, “*é respeitada a prioridade na prolação de sentenças, tanto no que se refere aos feitos incluídos nas metas do Conselho Nacional de Justiça, quanto aos que*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

possuem prioridade legal, como nas ações ajuizadas por idosos (art. 71 da Lei nº 10.741/03).”

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 3.3.2).

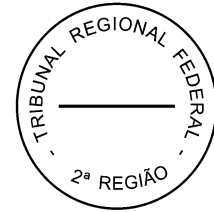
16. LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS DO GABINETE

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, “*os processos são agrupados em pastas virtuais, basicamente em virtude do réu envolvido (CEF, INSS e demais réus) e do assunto (no caso do INSS, por exemplo, as pastas são subdivididas em benefícios por incapacidade/pensão por morte, revisões de benefício e aposentadoria em geral).*”

Informou-se, ainda, quanto aos critérios de julgamento para os demais feitos, exceto aqueles com preferência legal, que “*a ordem de processos para a prolação de sentenças resulta de uma mescla entre os feitos com prioridade de tramitação (conforme resposta ao quesito anterior), ações de tutelas de saúde (internação e medicamentos), data mais antiga de conclusão para sentença, ações envolvendo benefícios por incapacidade (auxílios-doença, aposentadorias por invalidez e benefícios assistenciais previstos na LOAS), ações com sentença padronizada e demais feitos. Ressaltamos que, em média, as conclusões para sentença mais antigas não superam 90 (noventa) dias. O Gabinete faz o controle com o mapeamento dos relatórios no Sistema Apolo.*”

Analizados os locais virtuais existentes relativos ao Gabinete do órgão correicionado, em 18/08/2015, às 14:48, constataram-se os seguintes endereços:

- GAB - AG. MARCAR AUDIÊNCIA, com 17 processos, sendo o mais antigo de 20/07/2015, sob o nº 0039558-75.2015.4.02.5168;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- GAB - ÚLTIMA SEMANA DO MÊS, sem processos;

- GAB - APOSENT TEMPO / IDADE / ESPECIAL, com 29 processos, sendo os 02 mais antigos de 01/07/2015, sob os números 0047731-95.2015.4.02.5101 e 0003837-96.2014.4.02.5168;

- GAB - BENEF INCAPACIDADE / PENSÃO POR MORTE, com 08 processos, sendo o mais antigo de 06/07/2015, sob o nº 0000765-38.2013.4.02.5168;

- GAB - CEF OUTROS, com 03 processos, sendo os 02 mais antigos de 07/07/2015, sob os números 0003667-27.2014.4.02.5168 e 0044264-04.2015.4.02.5168;

- GAB - DANO MORAL CEF, com 22 processos, sendo o mais antigo de 18/06/2015, sob o nº 0009079-02.2015.4.02.5168;

- GAB - REV BENEFÍCIO E DANO MORAL INSS, com 10 processos, sendo o mais antigo de 02/06/2015, sob o nº 0035453-55.2015.4.02.5168;

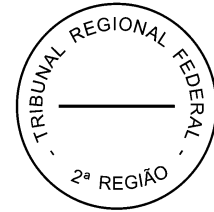
- GAB - UF, SERVIDOR, ECT, TRIBUTÁRIO E AUTARQ., com 11 processos, sendo o mais antigo de 03/07/2015, sob o nº 0041358-41.2015.4.02.5168.

Fontes: Questionário Pré-Correição (itens 3.3.3 e 3.3.4) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

17. EXECUÇÃO

(art. 333 da CNCR)

Fase 18:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

				Trâmite	Total
Processos	02º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias	Com Sentença	Informada	267	267
			Não Informada	175	175
			Não- Aplicável	1	1
			Natureza Executória	1	1
Total			444	444	

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 13/08/2015.

18. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO – RPV E PRECATÓRIO

(de 01/08/2014 a 31/07/2015)

(Art. 217, II, da CNCR)

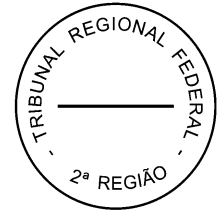
- Total de requisições: 1.601
- Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 173 dias
- Eletrônicos: 1.601

- RPV's Juizado Especial:

- . Total do cadastro: 1.577
- . Cadastrado: 43
- . Conferido: 04
- . Enviado: 1.530

- RPV:

- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Precatório em Parcela Única:

- . Total do cadastro: 24
- . Cadastrados: 02
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 22

- Precatório Parcelados:

- . Total do cadastro: 00
- . Cadastrados: 00
- . Conferidos: 00
- . Enviados: 00

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraído em 12/08/2015.

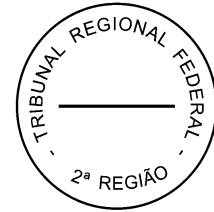
**➔ CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS
(Artigos 356 a 358 da CNCR)**

Conforme informação do Questionário Pré-Correição, o cadastramento de bens constritos “*não se aplica*”.

Por sua vez, em consulta ao Sistema Apolo, não foi verificado o cadastramento de bens constritos no juízo correicionado, segundo pesquisa realizada em 12/08/2015.

Fontes: Questionário Pré-Correição (item 3.4.2,g) e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 12/08/2015.

**➔ BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS
(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005)**

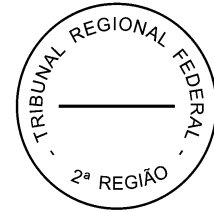


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Conforme informação prestada no Questionário Pré-Correição, “há 20 (vinte) processos com bens acautelados, com registro de acautelamento de, no máximo, 1(um) ano, conforme relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído do sistema Apolo. Não há bens apreendidos nesta Serventia.”

Informou-se, ainda, que “não há processos com bens acautelados que possuam conteúdo econômico e/ou passíveis de perdimento ou expropriação”, que “não há cofre neste Juizado. Os processos com bens acautelados estão armazenados em envelopes lacrados, guardados em caixa de papelão, as quais estão trancadas em armário de aço localizado na Secretaria do 2º Juizado Especial Federal de Duque de Caxias. Na parte externa de cada envelope há informação sobre o conteúdo do bem acautelado e o número do respectivo processo, e em cada caixa consta o rol de processos cujos bens foram devidamente acautelados” e, ainda que, “o responsável pelo bem a ser acautelado por força de decisão judicial, da qual é regularmente intimado, comparece à Secretaria desta Serventia munido, além do próprio bem a ser acautelado, de petição que descreve o referido bem. Com efeito, o servidor responsável pelo acautelamento emite certidão de registro do mencionado acautelamento, a qual é assinada pela Diretora de Secretaria e juntada ao respectivo processo por meio do sistema Apolo. Posteriormente, o servidor responsável pelo acautelamento registra tal procedimento no sistema Apolo, no campo “Cadastro –Apreendido/Acautelado”. Por fim, o bem ora acautelado é armazenado em envelope lacrado, nos moldes descritos no item 3.5.3 deste documento.”

Da mesma forma, o Relatório de Inspeção Anual mencionou que “não existem, no momento, bens apreendidos sob a guarda deste Juizado. Quanto aos documentos acautelados neste Juizado, eles estão devidamente cadastrados no Sistema Processual Informatizado, vinculados aos processos de origem, com expedição dos respectivos termos de acautelamento; assim como é sempre lançada a informação relativa à data da baixa, quando da devolução dos documentos à parte interessada.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, o Relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído em 12/08/2015 do Sistema Apolo, apontou 148 processos com bens acautelados (inclusive baixados), não tendo sido verificado nos mesmos, salvo melhor juízo, conteúdo econômico nem que fossem passíveis de perdimento ou expropriação.

Fontes: Questionário Pré-Correição (item 3.5), Relatório de Inspeção Anual (item II.22), encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/02951, de 25/03/2015, realizada no período de 09 a 13/03/2015, Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de Material Apreendido/Acautelado, extraído em 12/08/2015.

➔ **LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS**
(ART. 147 a 151 da CNCR)

De acordo com o Questionário Pré-Correição:

“As pastas e os livros obrigatórios encontram-se em bom estado de conservação (físicos), devidamente em ordem, abertos, nomeados, numerados e os que chegaram ao final foram encerrados, na forma da regulamentação pertinente, quais sejam:

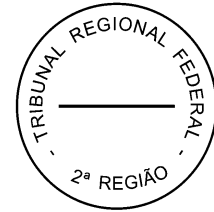
LIVROS:

- a) Livro de Ponto;
- b) Livro de Reclamações.

PASTAS:

- a) Pasta de alvarás cancelados e formulários inutilizados;
- b) Pasta de controle do cumprimento de transação penal;
- c) Pasta de Relatórios de Inspeções do Juízo

Outrossim, por força do Provimento n.º 58, de 16 de junho de 2009, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, os registros de mandados, ofícios e demais expedientes passaram a ser mantidos exclusivamente por meio eletrônico. Em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

consequência, foram encerradas as pastas físicas, em observância à determinação do Tribunal.”

Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual:

“4. Livros e pastas obrigatórios ou não

Foram inspecionados os livros e pastas indicada no Provimento nº T2-PVC-2011/00011, de 04 de abril de 2011. Todos estavam devidamente numerados, com Termo de Abertura e Encerramento e assinados, quais sejam:

LIVROS:

- a) Livro de Ponto;*
- b) Livro de Reclamações.*

PASTAS:

- a) Pasta de alvarás cancelados e formulários inutilizados;*
- b) Pasta de controle do cumprimento de transação penal;*
- c) Pasta de Relatórios de Inspeções do Juízo*

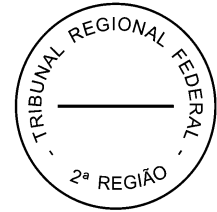
Não há irregularidade no Livro de Ponto, nem qualquer reclamação registrada no Livro de Reclamações , até a data da feitura do presente Relatório.

Encontram-se devidamente registradas no meio eletrônico todas as sentenças, decisões de antecipação de tutela e liminares, mandados, ofícios e atas de audiência proferidas por este Juizado.”

Fontes: Questionário Pré-Correição (item 5) e Relatório de Inspeção Anual (item II.4), encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/02951, de 25/03/2015, realizada no período de 09 a 13/03/2015.

➔ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário Pré-Correição:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Trata-se de edifício comercial com instalações de razoável a boa, prédio antigo, com elevadores compartilhados com as demais salas comerciais.

O mobiliário está em bom estado de conservação e disposto de modo a facilitar o deslocamento dos servidores, bem como ao acesso aos matérias de trabalho.

No que se refere ao material de informática e por se tratar de Juizado Especial com todo acervo eletrônico, verifica-se que não existem computadores e monitores de LCD maiores e mais modernos em todas as mesas dos servidores, o que dificulta a visualização das peças processuais. Outrossim, vale destacar, que a soma dos servidores e estagiários que trabalham neste juízo são de 15 (quinze), e só existem 12 (doze) computadores disponibilizados e um total de treze mesas. Nesse sentido, existe uma defasagem de 3 (três) computadores e 2 (duas) mesas para o completo acesso de todos.”

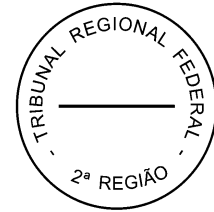
Por sua vez, nos termos do Relatório de Inspeção Anual:

“10. A organização da vara

Foram inspecionados os mobiliários e equipamentos de informática da vara, que estão em boas condições de preservação e utilização.

Há um sistema de rodízio no atendimento das partes e advogados no balcão da Secretaria, com auxílio de um estagiário; vale destacar, que o atendimento é realizado sempre, com presteza, respeito e urbanidade, por todos os membros da equipe. Nesse sentido, existe um microcomputador disponível em frente ao balcão da Secretaria, destinado a facilitar o atendimento ao público.

Este Juizado possui 11 (onze) servidores em pleno exercício de suas funções, incluindo o Diretor de Secretaria, distribuídos da seguinte forma: 8 (oito) na Secretaria do Juízo e 3 (três) no Gabinete, sendo que desses onze servidores lotados neste juízo, 3 (três) estão incluídos no Teletrabalho, laborando em suas residências por três dias. Este juízo conta com a participação de 4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(quatro) estagiários, sendo 3 (três), em exercício na Secretaria e 1 (um) no Gabinete.

No que se refere ao material de informática e por se tratar de Juizado Especial com todo acervo eletrônico, verifica-se que não existem computadores e monitores de LCD maiores e mais modernos em todas as mesas dos servidores, o que dificulta a visualização das peças processuais. Outrossim, vale destacar, que a soma dos servidores e estagiários que trabalham neste juízo são de 15 (quinze), e só existem 12 (doze) computadores disponibilizados e treze mesas. Nesse sentido, existe uma defasagem de 3 (três) computadores e 2 (duas) mesas para o completo acesso de todos.

O envio dos expedientes (despachos, decisões, sentenças, atos ordinatórios e informações de secretaria) ao Diário da Justiça Federal da 2ª Região, para a devida publicidade de tais atos judiciais, é realizado por meio eletrônico, diretamente pelo Sistema Processual Informatizado APOLO; há publicações regulares e inexistem pautas ou boletins retidos.”

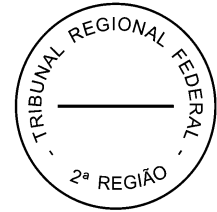
Fontes: Questionário Pré-Correição (item 4) e Relatório de Inspeção Anual (item II.10), encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-2015/02951, de 25/03/2015, realizada no período de 09 a 13/03/2015.

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO

De acordo com o Questionário Pré-Correição, o juízo correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“6.2.1 Três meses

Nos próximos 3 (três) meses é analisar, cautelosamente, a instrução processual a fim de se evitarem constantes conversões em diligência. Reduzir o acervo do Juizado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

6.2.2. Seis meses

Reduzir os processos em fase de execução, os quais possuem um índice de impugnação aos cálculos pelas partes, apesar das atualizações e cálculos mais simples os quais são efetuados na Secretaria, de forma imediata. Reduzir o acervo do Juizado.

6.2.3. Um ano:

Ao final de um ano é julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos, priorizando também os que estão em fase de execução e uma redução do acervo do Juizado.”

Fonte: Questionário Pré-Correição (item 6.2).

RELATÓRIO ELABORADO POR:

Patrícia Aparecida dos Santos Ferreira, Mat. n.º 15.641